



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026**  
**Registro de Preços**  
**(Lei 14.133/2021)**

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	UNIDADE GESTORA (UASG): 926495	
PROCESSO Nº: 2026/068721	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário	
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADA: NÃO		
ORÇAMENTO SIGILOSO: NÃO		
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto Estadual nº 62.867/2017.		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL pela licitação	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	
ÓRGÃOS PARTICIPANTES (art. 19 da Resolução CNJ nº 347/2020)	Não há	
OBJETO		
Constituição de <b>Sistema de Registro de Preços</b> de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e gestão de créditos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de hospedagens, por meio de ferramenta de reservas on-line, nas modalidades de atendimento via suporte da agência e/ou de autoagendamento ( <i>self-booking</i> ), para atender ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com remuneração por taxa fixa unitária de transação (RAV), que constituem um <b>LOTE ÚNICO</b> , conforme especificações constantes que integram este Edital e seus <b>Anexos</b> .		
PRAZOS		
DATA DO INÍCIO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	A partir da divulgação no PNCP	
SESSÃO PÚBLICA		
LOCAL	DATA	HORA
<a href="http://www.compras.gov.br">www.compras.gov.br</a>	21/07/2026	11:00
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL		



O Edital está disponível no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), no **Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (<https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), e no **Portal de Compras do Governo Federal** – ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br))

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Provimento CSM nº 2.724/2023	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357</a>
Provimento nº 100/2024	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/219767">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/219767</a>
Instrução Normativa nº 6/2024	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/218008">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/218008</a>
Instrução Normativa nº 17/2025	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240</a>
Instrução Normativa nº 21/2026	<a href="https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/240653">https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/240653</a>
Resolução CNJ nº 7/2005	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187</a>
Resolução CNJ nº 9/2005	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189</a>
Resolução CNJ nº 181/2013	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873</a>
Resolução CNJ nº 229/2016	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300</a>
Resolução CNJ nº 347/2020	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3518">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3518</a>
Resolução CNJ nº 351/2020	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557</a>
Resolução CNJ nº 400/2021	<a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986</a>

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, realizará a licitação na modalidade “**PREGÃO**”, na forma “**ELETRÔNICA**”, critério de julgamento “**MENOR PREÇO**”, modo de disputa “**ABERTO**”, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023 e Provimento nº 100/2024 e Instruções Normativas nº 6/2024 e 17/2025 [atualizada pela Instrução Normativa 021/2026] desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020, 351/2020 e 400/2021, além das regulamentações estaduais, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito:

Anexo	Descrição
Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Prova de Conceito
Anexo III	Dos Centros de Custo
Anexo IV	Planilha de Composição de Custos

Anexo V	Declaração Unificada – Lei 14.133/2021
Anexo VI	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados
Anexo VII	Relatório de Resultado da Pesquisa de Preços
Anexo VIII	Minuta da Ata de Registro de Preços

## 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto desta licitação é a constituição de **Sistema de Registro de Preços** de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e gestão de créditos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de hospedagens, por meio de ferramenta de reservas on-line, nas modalidades de atendimento via suporte da agência e/ou de autoagendamento (*self-booking*), para atender ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com remuneração por taxa fixa unitária de transação (RAV), que constituem um **LOTE ÚNICO**, conforme especificações constantes que integram este Edital e seus **Anexos**.

### 1.2. Catálogo de Serviços (CatSer):

**1.2.1.** 3719 – Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

**1.2.2.** 9946 – Reserva em Hotéis Nacionais e Internacionais

**1.3.** A Detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se a executar as Autorizações de Fornecimento/Contratos que poderão advir, expedidas pela **Contratante**, até a capacidade de fornecimento declarada na Proposta, conforme **Anexo IV – Planilha de Composição de Custos**.

**1.4.** Fica vedada a adesão por órgãos não participantes à ata de registro de preços decorrente desta licitação, assim como participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que os produtos/serviços serão prestados/fornecidos exclusivamente para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**1.5.** A licitação será realizada em **LOTE ÚNICO**, conforme especificado no Termo de Referência (**Anexo I**), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o **LOTE ÚNICO**, conforme **Anexo IV – Planilha de Composição de Custos**.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1.** Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no **item 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo apresentar a Declaração Unificada, conforme consta no modelo do **Anexo V**.
- 2.6.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

### 3. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 3.1.1.** Aquela que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
  - 3.1.2.** Empresas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição.
  - 3.1.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o que inclui:
    - 3.1.3.1.** impedimento para licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo;
    - 3.1.3.2.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
    - 3.1.3.3.** licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
  - 3.1.4.** Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 3.1.5.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
  - 3.1.6.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
  - 3.1.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- 3.1.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### 4. DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2.1.** **Em atendimento ao subitem 5.7.2 do edital, no encerramento da etapa de negociação, e antes da aceitabilidade do preço, será solicitado(a) pelo(a) Pregoeiro(a) à empresa que ofertou o menor lance:**
- 4.2.1.1.** Planilha de Composição de Custos, de acordo com o **Anexo IV** e orientações conforme itens 3.6 e 6.5 do **Anexo I**.
- 4.3.** No cadastramento da proposta inicial, em campo próprio do sistema, deverão ser preenchidas as declarações exigidas dos licitantes.
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e

empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

**4.5.3.** não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de se verificar a exceção especificada neste **item 4.5.3**, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.6.** A falsidade da declaração de que trata os **subitens 4.3 a 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.10.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.



- 4.11.** O valor final mínimo na forma do **item 4.9** não terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação.
- 4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.14.** Ao formular a proposta de preço, o licitante deverá indicar os valores dos itens das taxas de transação (RAV) na **Planilha de Composição de Custos (Anexo IV)**, que irão compor o **VALOR GLOBAL do LOTE ÚNICO** para os serviços solicitados no Termo de Referência e seus Anexos.
- 4.15.** Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 4.16.** O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 4.17.** Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados na data de sua apresentação, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 4.18.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 4.19.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.20.** Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.
- 4.21.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.22.** No momento a que se refere o **subitem 4.2.1**, deverão ser indicadas as seguintes informações do licitante e de todos os seus representantes:
- 4.22.1.** Da empresa:
- a) Número do CNPJ;



- b) Razão Social;
- c) Endereço completo;
- d) Telefone(s) comercial;
- e) E-mail comercial; e,
- f) Dados bancários: Banco do Brasil S.A., agência e número da conta corrente.

**4.22.2. Do(s) representante(s):**

- a) Nº do CPF;
- b) Nome completo;
- c) e-mail;
- d) Telefone;
- e) Se é sócio administrador; e
- f) Se é signatário do contrato.

**4.23.** A(s) planilha(s) eletrônica(s) disponibilizada(s) no formato Excel no portal de licitações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Governo Federal é(são) de uso facultativo. No entanto, o licitante deverá apresentar o cálculo de acordo com o **Anexo IV**, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1. Da abertura da sessão pública**

- 5.1.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.2. Da formulação de lances**

- 5.2.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 5.2.2.** O lance deverá ser ofertado pelos valores unitários por item das taxas de transação (RAV) na **Planilha de Composição de Custos (Anexo IV)**, e com julgamento e adjudicação considerando **VALOR GLOBAL do LOTE ÚNICO**.
- 5.2.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.2.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.2.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser sobre os **valores unitários por item das taxas de transação (RAV)**, conforme indicado abaixo:
- a)** Código CatSer 3719 – Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens: R\$ 0,01 (um centavo) para Viagens Nacionais
  - b)** Código CatSer 3719 – Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens: R\$ 0,01 (um centavo) para Viagens Internacionais
  - c)** Código CatSer 9946 – Serviços de Agenciamento de Hospedagem: R\$ 0,01 (um centavo).
- 5.2.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.2.7.** O modo de disputa adotado é o aberto, em razão disso, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.2.8.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.2.9.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.2.10.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.2.11.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.2.12.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.2.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.2.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.2.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.2.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.2.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.2.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

### **5.3. Das microempresas e empresas de pequeno porte**

- 5.3.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

- 5.3.1.1.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.3.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.3.3.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.3.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.3.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.4. Do critério de desempate**
- 5.4.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.4.2.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.4.2.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.4.2.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais

para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 5.4.2.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.4.2.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 5.4.2.5.** persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - a)** empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
  - b)** empresas brasileiras;
  - c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.4.2.6.** caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, acima indicados, antes da fase de julgamento, o sistema Compras.gov irá realizar sorteio, de forma automática.
- 5.4.2.7.** será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

## **5.5. Da negociação**

- 5.5.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.5.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 5.5.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.5.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.5.5.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.5.5.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 5.5.5**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.5.6.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.6. Da classificação das propostas**
- 5.6.1.** Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.6.1.1.** contiverem vícios insanáveis.
- 5.6.1.2.** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos.
- 5.6.1.3.** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
- 5.6.1.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.
- 5.6.1.5.** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e de seus Anexos, desde que insanável.
- 5.6.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.6.3.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

**5.6.4.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios legais estabelecidos no **art. 60 da Lei 14.133/2021**.

**5.6.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.7. Da aceitabilidade do preço**

**5.7.1.** A aceitabilidade da proposta para o **LOTE ÚNICO** será aferida a partir do(s) preço(s) de mercado vigentes na data da apresentação da proposta, apurado(s) mediante pesquisa realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não poderão ser superiores aos **valores UNITÁRIOS por item das taxas de transação (RAV) na Planilha de Composição de Custos (Anexo IV)** do respectivo **LOTE ÚNICO**, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Código CatSer	Quantidade anual	Valor Unitário RAV (R\$)	Valor Total RAV (R\$)	Valor Anual Estimado da Contratação (R\$)
1.	Serviços de Agenciamento de Viagens Corporativas - Passagens aérea nacional	3719	940	22,76	21.394,40	1.226.474,40
2.	Serviços de Agenciamento de Viagens Corporativas - Passagens aérea internacional	3719	10	20,49	204,90	30.029,90
3.	Serviços de Agenciamento de hospedagem	9946	677	30,86	20.892,22	282.214,22
VALOR GLOBAL (R\$)						1.538.718,52

**5.7.1.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item das taxas de transação (RAV) na **Planilha de Composição de Custos (Anexo IV)**, e com julgamento e adjudicação considerando o **VALOR GLOBAL do LOTE ÚNICO**, sendo que os preços unitários de cada



item não poderão ser superiores ao previsto em Edital e estimado pela Administração, conforme **Anexo IV** – Planilha de Composição de Custos e **Anexo VII** – Relatório de Resultado da Pesquisa de Preços.

- 5.7.2.** Para verificação de aceitabilidade, o licitante autor do menor preço deverá encaminhar a proposta comercial (**Anexo IV** – Planilha de Composição de Custos), com valores adequados ao preço final ofertado, na forma indicada no subitem 4.2.1, por meio eletrônico que vier a ser disponibilizado.
- 5.7.3.** O prazo para envio das informações será estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) mediante mensagem registrada no sistema.
- 5.7.4.** Na análise de viabilidade do preço proposto, o(a) Pregoeiro(a) considerará os preços apresentada pela licitante, em que todos os valores serão avaliados em relação ao preço de mercado.
- 5.7.4.1.** Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, desde que não prejudiquem a isonomia ou a competitividade do certame e atendidas as demais condições de aceitabilidade.
- 5.7.4.2.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a isonomia ou a competitividade do certame, a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

## 6. DA HABILITAÇÃO

### 6.1. Dos documentos de habilitação jurídica:

- 6.1.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 6.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado, atualizado e documentação comprobatória dos(as) atuais administradores(as) ou dirigentes;
- 6.1.3.** No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus atuais administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

- 6.1.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 6.1.5. No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 6.1.6. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 6.2. Dos documentos de qualificação técnica:

- 6.2.1. Como documentos para Qualificação Técnica, deverão ser apresentados aqueles relacionados no subitem 15.2 do **Anexo I**.
  - 6.2.1.1. Para efeito de comprovação da qualificação técnica será admitido o somatório de atestados e/ou declarações.
- 6.2.2. Os atestados relativos à qualificação técnico-profissional e operacional, poderão ser oriundos de entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 6.2.3. Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito do objeto social especificado no contrato social vigente, devidamente registrado, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 6.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 6.2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 6.2.6. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou a sua Equipe de Apoio, promover diligências destinadas a averiguar a veracidade das informações constantes dos atestados.

**6.2.7.** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

**6.2.7.1.** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

**6.2.7.2.** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

**6.2.7.2.1.** Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

### **6.3. Dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:**

**6.3.1.** Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**6.3.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**6.3.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**6.3.4.** Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

**6.3.5.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da

Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 6.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**6.4. Dos documentos de qualificação econômico-financeira:**

- 6.4.1.** A licitante deverá comprovar que possui boa situação financeira, considerando-se aquela que não esteja em regime falimentar e possua no último exercício social, de acordo com o **nível 3** de aferição previsto pela Instrução Normativa nº 17/2025 (atualizada pela Instrução Normativa nº 21/2026) deste TJSP:

- 6.4.1.1.** Patrimônio líquido de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do **valor estimado da contratação**; e,

- 6.4.1.2.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

- 6.4.1.2.1.** Caso quaisquer dos índices de Liquidez Geral (LG), de Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG) sejam iguais ou inferiores a 1 (um), o patrimônio líquido a ser comprovado será de, no mínimo, 10% (dez por cento) do **valor estimado da contratação**.

- 6.4.2.** A comprovação deverá ser feita mediante:

- 6.4.2.1.** Apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado, já exigíveis e apresentados na forma das Leis nº 6.404/76, 10.406/02 e 8.934/1994, Decretos nº 1.800/1996 e 8.683/2016 e demais normas pertinentes, devidamente assinados(as) por contador(a) ou por profissional equivalente e pelo(a) representante legal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, e termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente autenticado.

- 6.4.2.1.1.** O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em relação aos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 6.4.2.1.2.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 6.4.2.2.** A licitante que transmite a Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) poderá fazer a comprovação de autenticação mediante a apresentação do respectivo recibo de entrega.
- 6.4.2.3.** Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade ou, embora regular, apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) menores que 1 (um), poderá ser exigida declaração e memória de cálculo, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos para a contratação.
- 6.4.3.** O cálculo dos indicadores relacionados no **item 6.4.1** poderá ser realizado com base na documentação contábil:
- 6.4.3.1.** do último exercício social, no caso de a empresa ter sido constituída há menos de dois anos;
- 6.4.3.2.** da abertura, no caso de a entidade interessada ter sido constituída no exercício financeiro da licitação ou no que a antecedeu, sendo que, no último caso, somente será admitida se porventura as demonstrações contábeis do exercício anterior não forem exigíveis nos termos da legislação e do marco temporal estabelecido no edital/contrato.
- 6.4.4.** Deverá ser apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 6.5. Outros documentos:**
- 6.5.1.** Declaração Unificada (Modelo do **Anexo V**).
- 6.6. Da autenticidade dos documentos:**

- 6.6.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o(a) Pregoeiro(a), mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- 6.6.2.** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

#### **6.7. Do julgamento de habilitação**

- 6.7.1.** Os documentos previstos no Edital e seus Anexos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), conforme **Anexo V** (Declaração Unificada).
- 6.7.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.7.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.7.6.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

- 6.7.6.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 6.7.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.7.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 6.7.8.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.7.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 6.7.8.1.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 6.7.8.1**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.7.9.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.7.9.1.** Os documentos relativos à habilitação que constem do Edital/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.7.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



- 6.7.10.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e,
- 6.7.10.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 6.7.11.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.7.12.** Na hipótese de ocorrerem indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, o licitante será inabilitado, mediante decisão motivada.
- 6.7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 6.7.8.1.1.**
- 6.7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.7.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 6.7.16.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados(as) pelo(a) Pregoeiro(a), deverão ser encaminhados ao Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), situado na Rua Direita, nº 250, 23º andar – Sé – São Paulo/SP – CEP: 01002-903.
- 6.7.17.** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 6.7.18.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- 6.7.18.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, neste ato representada pelo(a) Pregoeiro(a), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.7.18.2.** A sessão pública será suspensa pelo(a) Pregoeiro(a), por 5 (cinco) dias úteis, para que o licitante vencedor possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.7.18.3.** Na retomada da sessão, o(a) Pregoeiro(a) decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.7.18.4.** A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis.
- 6.7.19.** Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o licitante, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo licitante atenda às condições do Edital, caso em que será declarado(a) vencedor(a).

## **6.8. Considerações gerais**

- 6.8.1.** A declaração ou documentação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.
- 6.8.2.** As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.
- 6.8.3.** As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

## 7. DA PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA OFERTADO

7.1. A prova de conceito do sistema será efetuada conforme item 6.4 do **Anexo I**.

## 8. DO RECURSO

8.1. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

8.1.1. Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, poderá ser encaminhado ao e-mail: [gpac@tjsp.jus.br](mailto:gpac@tjsp.jus.br)

8.1.2. Os documentos que não puderem ser enviados por meio eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, no Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, São Paulo, nesta Capital, observados o prazo de 3 (três) dias úteis.

8.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação no sistema.

8.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.4.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.4.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação no sistema.

8.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá

proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 8.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.10. Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo que os autos do processo, poderão ser solicitados por e-mail, no endereço: [licitacoes@tjsp.jus.br](mailto:licitacoes@tjsp.jus.br).
- 8.11. A falta da manifestação imediata do licitante, no prazo concedido, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 8.12. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

## 10. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 10.1. Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 10.2. A desconexão do sistema eletrônico com o(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, implicará:

- 10.2.1.** No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.2.2.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## 11. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1.** Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do certame **somente através do Portal TJSP** (*Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – <https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl/>*).
- 11.1.1.** **Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações por qualquer outro link, ou por qualquer e-mail.**
- 11.1.2.** A impugnação e os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do **Portal TJSP**.
- 11.1.3.** A resposta à impugnação ou a pedido de esclarecimento serão divulgados no **Portal TJSP** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.1.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.1.5.** Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para realização da licitação, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## 12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### 12.1. Do prazo de assinatura

- 12.1.1.** Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, o(a) vencedor(a) terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar a Ata de Registro de Preços e o **Anexo VI - Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados da Ata**, bem como os Contratos que poderão advir, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, por meio de assinatura eletrônica, a serem disponibilizados no sítio do Tribunal de Justiça.
- 12.1.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 12.1.1.2.** O(A) representante legal do licitante vencedor, legitimado(a) para firmar o ajuste, deverá **possuir o certificado digital (e-CPF) válido**.
- 12.1.1.3.** Na impossibilidade de a Ata de Registro de Preços, o **Anexo VI** e/ou Contrato serem assinados eletronicamente, por falha do sistema ou por motivo superveniente do Tribunal de Justiça, o licitante vencedor será convocada para assiná-los fisicamente.
- 12.1.1.4.** O licitante vencedor deverá informar, no momento a que se refere o **item 4.2.1**, o e-mail do(a) representante legal para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, do **Anexo VI** e dos Contratos que poderão advir.
- 12.1.1.5.** O licitante deverá observar as determinações contidas nas alíneas "i" e "n" do **Anexo VI**, por meio de contatos a serem mantidos com o(a) gestor(a) da contratação.
- 12.1.2.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.1.3.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**12.1.4.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**12.1.5.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **12.2. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços**

**12.2.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será conforme o item 3.7 do **Anexo I**.

## **13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**13.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**13.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**13.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**13.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**13.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**13.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**13.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**13.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



- 13.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 13.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 13.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou,
- 13.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### 14. DAS CONTRATAÇÕES

- 14.1.** Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas neste ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.
- 14.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 14.3.** Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizados nos termos do **CAPÍTULO I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em sua atual redação.
- 14.4.** Deverá conter no Contrato ou instrumento equivalente para execução do objeto:
- 14.4.1.** Local de entrega;
- 14.4.2.** Número do Registro de Preços;
- 14.4.3.** Valor da despesa;
- 14.4.4.** Prazo de entrega dos produtos;
- 14.4.5.** Descrição e quantificação dos produtos; e

- 14.4.6.** Recursos orçamentários que serão onerados pela despesa correspondente (cópia da Nota de Empenho).
- 14.5.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, as quais serão verificadas pelo Tribunal de Justiça antes da assinatura do contrato, eletronicamente, via sítios oficiais na internet.
- 14.6.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.7.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.8.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.
- 14.9.** Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:
- 14.9.1.** Sicaf;
- 14.9.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 14.9.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

- 14.9.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 14.9.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 14.9.6.** Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);
- 14.9.7.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 14.9.8.** Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 14.10.** A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 14.11.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.11.1.** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:
- 14.11.1.1.** sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 14.11.1.2.** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e,
- 14.11.1.3.** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**
- 14.12.** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o **subitem 14.11**

e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o **subitem 14.11.1**.

#### **14.13. Do prazo de vigência**

**14.13.1.** O início da vigência do contrato, ou instrumento equivalente, será a partir da ordem de serviço a ser emitida pelo(a) Gestor(a) ou Fiscal do Contrato, com término de vigência a ser definido de acordo com o escopo e os prazos de execução dos serviços.

**14.13.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

**14.13.2.1.** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **14.14. Dos prazos e dos locais de entrega do objeto**

**14.14.1.** A contratada deverá entregar os produtos e prestar os serviços contados do recebimento da Autorização/Ordem de Execução de Serviços ou do recebimento de instrumento equivalente, e nos prazos indicados no **Anexo I**.

**14.14.2.** A entrega dos produtos e a prestação dos serviços deverão ser feitas nos locais indicados no subitem 7.1 do **Anexo I**, correndo por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega.

**14.14.3.** Após a devida autorização, o início dos serviços deverá ocorrer nos termos do item 8 do **Anexo I**.

#### **14.15. Do reajuste**

**14.15.1.** O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **03/06/2026**, data do orçamento estimado (§ 7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/21), com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

#### **14.16. Do equilíbrio econômico-financeiro**

**14.16.1.** O Contratante terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

#### **14.17. Do cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**

**14.17.1.** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos dos arts. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020.

**14.17.2.** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br), contendo:

**14.17.2.1.** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

**14.17.2.2.** Nome da empresa contratada;

**14.17.2.3.** Descrição sucinta dos acontecimentos.

**14.17.3.** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: [daps@tjsp.jus.br](mailto:daps@tjsp.jus.br).

**14.17.4.** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: [atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557](https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557).

**14.17.5.** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual

rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

#### 14.18. Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados

- 14.18.1.** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (*Anexo VI*).

#### 15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 15.1.** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 15.2.** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no *Anexo I*.
- 15.3.** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no *Anexo I*.
- 15.4.** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 15.5.** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos produtos/serviços efetivamente entregues/prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos do objeto.
- 15.6.** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
  - b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração;

c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.

15.7. Caso os materiais não sejam entregues nas formas previstas **Anexos deste Edital**, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

## 16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2724/2023, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

16.2. Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os(as) servidores(as) indicados(as) pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.

16.3. Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

16.4. A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

## 17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O prazo para pagamento será em conformidade com o item 10.5 do **Anexo I**.

17.2. Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.

17.3. O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter



regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.

- 17.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 17.5.** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 17.5.1.** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **item 17.2**.
- 17.5.2.** A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato/ata de registro de preços.
- 17.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, no contrato/ata de registro de preços ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **item 17.1** será interrompido.
- 17.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 17.6.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.
- 17.6.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal

Eletrônica, os quais seguem respectivamente, [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br), NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.

**17.6.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

**17.7.** Conforme § 11, do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, a empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122 (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º).

**17.8.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.

**17.9.** No primeiro faturamento, junto com a Nota Fiscal/fatura, a contratada estabelecida fora do município do(a) tomador(a) do serviço deverá apresentar, quando a legislação municipal exigir, o cadastro de empresa de que está estabelecido fora do município.

**17.9.1.** No município de São Paulo o referido cadastro denomina-se CPOM – Cadastro de Empresas de Fora do Município.

**17.10.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa 3.3.90.33.51, 3.3.90.33.52 e 3.3.90.39.56 - Fonte 175930022.

## 18. DAS SANÇÕES

**18.1.** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.

**18.2.** Na penalidade de multa, **caso não esteja estipulada nos Anexos deste Edital**, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, de:

- 18.2.1.** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
- 18.2.2.** 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 18.2.3.** 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de **inexecução parcial** da obrigação assumida;
- 18.2.4.** 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de **inexecução total** da obrigação assumida;
- 18.2.5.** 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;
- 18.2.6.** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra.
- 18.3.** A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

- 18.4.** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibida de licitar e contratar, através da declaração de inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 18.4.1.** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do **item 18.3**, também sofrerão a sanção mencionada no **item 18.4**.
- 18.5.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.6.** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 18.7.** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 18.8.** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.2.** Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.
- 19.3.** Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 19.4.** O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)
- 19.5.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando:
- 19.5.1.** A contratada venha a contratar empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros(as) ou juízes(as) vinculados(as) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 19.5.2.** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos(as) magistrados(as) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores(as) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 19.5.3.** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os(as) magistrados(as) e servidores(as) geradores(as) de incompatibilidade

estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

- 19.5.4.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado(a) ou servidor(a) não abrangido(a) pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

## 20. DO FORO

- 20.1.** Para dirimir as questões oriundas deste Edital, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

Eliana Bontansa  
**Coordenadora de Licitações e Compras**  
SAAB 5.1

Rodnei Pinto Fernandes  
**Diretor de Licitações e Suprimentos**  
SAAB 5

## Pregão Eletrônico nº 90062/2026

Anexo	Descrição	Fls.
Anexo I	Termo de Referência	44 a 61
Anexo II	Prova de Conceito	62 a 65
Anexo III	Dos Centros de Custo	66
Anexo IV	Planilha de Composição de Custos <b>(1)</b>	67 a 68
Anexo V	Declaração Unificada – Lei 14.133/2021	69 a 70
Anexo VI	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados	71 a 73
Anexo VII	Relatório de Resultado da Pesquisa de Preços	74 a 78
Anexo VIII	Minuta da Ata de Registro de Preços	79 a 93

**(1) Observação: Ver subitem 4.23 do Edital.**



# ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei 14.133/2021)

Sistema de Registro de Preços – SRP

### 1. OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e gestão de créditos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de hospedagens, por meio de ferramenta de reservas on-line, nas modalidades de atendimento via suporte da agência e/ou de autoagendamento (*self-booking*), para atender ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com remuneração por taxa fixa unitária de transação (RAV), por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

### 2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1.** Não será realizado o procedimento de intenção de registro de preços, tampouco será permitida a adesão à ata de registro de preços por outros órgãos. Tal medida se justifica pela inexistência, no âmbito do Tribunal de Justiça, de estrutura destinada ao controle e monitoramento para o gerenciamento de atas, além do fato de tratar-se de demanda específica, cujo atendimento será exclusivo deste Tribunal.
- 2.2.** Pelo mesmo motivo, a contratação não será compartilhada com outros órgãos da Administração Pública, nos termos do art. 19 da Resolução CNJ nº 347/2020.

### 3. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

#### 3.1. Natureza do objeto

A natureza do objeto a ser contratado é prestação de serviços de agenciamento de viagens e hospedagens, com características e padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente no Edital de Licitação, por meio de especificações usuais de mercado.

#### 3.2. Aquisição de itens de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

Não se aplica, tendo em vista que o objeto em questão não se refere à aquisição de bens.

### 3.3. Quantitativo

**3.3.1.** A quantidade anual estimada de bilhetes é de 950 (novecentos e cinquenta), sendo 940 (novecentos e quarenta) de bilhetes nacionais e 10 (dez) internacionais. Para os serviços de hospedagem a estimativa anual é de 677 (seiscentos e setenta e sete) reservas, conforme quadro abaixo.

#### 3.3.2. Lote Único

Item	Código	Descrição do item	Código CatSer	Unidade de fornecimento	Qtde. Máxima estimada
1	55.0954	Serviços de Agenciamento de Viagens Corporativas - Passagens aérea nacional - através de "Sistema de Gestão de Viagens Corporativas" via Web	3719	Unidade	940
2	55.0955	Serviços de Agenciamento de Viagens Corporativas - Passagens aérea internacional - através de "Sistema de Gestão de Viagens Corporativas" via Web	3719	Unidade	10
3	55.1041	Serviços de Agenciamento de hospedagem em apartamento individual (SGL), com café da manhã, em hotel de categoria 3 estrelas ou superior	9946	Unidade	677

**3.3.3.** Os quantitativos apresentados na planilha são estimativos, elaborados com base no histórico de consumo.

**3.3.4.** A contratação será realizada em lote único, em virtude da correlação entre a prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas e de reserva de hospedagens, atividades que serão executadas por uma única empresa.

**3.3.5.** A existência de previsão quantitativa não implicará no compromisso do Tribunal de Justiça a contratar a totalidade estimada.

### 3.4. Aplicação da cota de até 25% para ME/EPP (inc. III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006)

Não se aplica, por se tratar de prestação de serviços de agenciamento de viagem.

### 3.5. Dos preços (inc. III, art. 82 da Lei 14.133/2021)

**3.5.1.** Os preços das passagens aéreas e das hospedagens corresponderão aos valores efetivamente praticados no mercado no momento da reserva, sem aplicação de *markup*.

**3.5.2.** A remuneração da DETENTORA será feita por Remuneração do Agente de Viagens (RAV) fixa unitária, na forma prevista neste Termo de Referência.

**3.5.3.** Os preços registrados em ata poderão ser revistos, mediante provocação da parte interessada, desde que ocorram fatos geradores de desequilíbrio econômico-financeiro.

### 3.6. Das propostas

**3.6.1.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

**3.6.2.** A proposta da empresa deverá ser apresentada em conformidade com o quadro abaixo.

Item	Código	Descrição	Informações adicionais	Quantidade anual (QT)	Remuneração do Agente de Viagem – RAV (R\$)	Valor unitário – VUE (R\$) *Incluída a taxa de embarque	Valor Anual Estimado da Contratação (R\$) - VT
1	55.0954	Passagens aéreas nacionais	Agenciamento via sistema de gestão de viagens corporativas– web	940	22,76	1.282,00	1.226.474,40
2	55.0955	Passagens aéreas internacionais	Agenciamento via sistema de gestão de viagens corporativas – web	10	20,49	2.982,50	30.029,90
3	55.1041	Hospedagem	Reserva de hospedagem em apartamento individual, com parâmetros definidos no Termo de Referência	677	30,86	386,00	282.214,22

**3.6.3.** Somente o valor unitário da RAV fixa de passagens aéreas e de hospedagens poderá ser informado pela empresa licitante, os demais campos não poderão ser alterados.

**3.6.4.** O valor estimado a ser registrado por item será composto por:

**3.6.4.1.** Passagens aéreas:

- Valor unitário estimado (VUE) = Valor estimado de referência (VR)+Taxa estimada de embarque (TE)
- Valor total estimado (VT)= QT X (VUE+RAV)

**3.6.4.2.** Hospedagens:

- Valor unitário estimado (VUE) = Valor estimado de referência (VR)+RAV hospedagem ofertada
- Valor total estimado (VT) =VUE\*QT

**3.6.5.** Será disponibilizado no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a planilha de composição de custos.

**3.6.6.** O valor total estimado da contratação não representa obrigação de consumo integral, servindo para fins de planejamento e reserva orçamentária.

**3.6.7.** O valor estimado da passagem aérea, hospedagem e taxa de embarque está sujeito a variações, a depender do preço de mercado vigente na data da aquisição.

**3.7. Prazo da Ata de Registro de Preços**

**3.7.1.** O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021:

**3.7.1.1.** As atas de registro de preços serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo estabelecido no art. 94, inc. I, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se ainda o constante no §1º do mesmo artigo, se o caso.

**3.7.2.** Em caso de prorrogação da vigência da ata, será observado o que segue:

**3.7.2.1.** Os preços registrados poderão ser reajustados com base na

variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores à data do orçamento estimado.

- 3.7.2.2.** Nos termos do Provimento CSM nº 100/2024, art. 28, § 3º, as quantidades registradas serão renovadas para o período de vigência prorrogado.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra a fase preparatória e será publicado juntamente com o Edital de Licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

- 5.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e gestão de créditos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de hospedagens, mediante disponibilização de sistema informatizado de autoagendamento (*self-booking*), com atendimento remoto permanente e plantão 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- 5.2.** A remuneração da DETENTORA será estruturada por taxa fixa unitária de transação (RAV), incidente por bilhete aéreo efetivamente emitido e por reserva de hospedagem efetivamente confirmada, permanecendo os valores das passagens aéreas e das hospedagens vinculados aos preços efetivamente praticados no mercado no momento da reserva, vedada a aplicação de *markup*.
- 5.3.** Na hipótese de impossibilidade de atendimento pelo sistema, a DETENTORA deverá providenciar a reserva de hospedagem e/ou a emissão do bilhete aéreo por meio de suporte direto da agência, utilizando canais disponíveis 24 (vinte e quatro) horas, inclusive telefone, e-mail e aplicativo de mensagens, sem custos adicionais.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

### 6.1. Sustentabilidade

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, toda a operação deverá ser realizada, preferencialmente, em ambiente digital, com observância da legislação ambiental e das diretrizes de sustentabilidade, nos termos da Resolução CNJ nº 400 de 16 de junho de 2021.

### 6.2. Suporte técnico

A DETENTORA deverá manter o sistema de reserva de passagens e hospedagens sempre atualizado e prestar o suporte necessário e suficiente à plena execução dos serviços contratados.

### 6.3. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação deste objeto.

### 6.4. Prova de conceito (PoC)

**6.4.1.** Será exigida Prova de Conceito do sistema ofertado, a ser realizada em ambiente virtual, previamente à homologação do certame, para fins de verificação do atendimento integral aos requisitos técnicos e funcionais obrigatórios previstos neste Termo de Referência e anexos.

**6.4.2.** O não atendimento, total ou parcial, de quaisquer requisitos obrigatórios implicará a desclassificação da licitante, por desconformidade com as especificações técnicas exigidas, com a consequente convocação da proponente subsequente, observada a ordem de classificação das propostas, para realização de nova Prova de Conceito (PoC), até que se identifique proposta plenamente aderente.

**6.4.3.** A PoC será registrada em ata/relatório, com indicação objetiva dos itens avaliados e do respectivo resultado.

**6.4.4.** Uma vez declarada vencedora, a empresa permanecerá vinculada ao cumprimento integral de sua proposta, assumindo a responsabilidade por todas as obrigações ofertadas, ainda que algum item exigido não tenha sido verificado especificamente durante a Prova de Conceito prevista no **Anexo II**.

### 6.5. Do Critério de Avaliação das Propostas

**6.5.1.** O critério de julgamento da proposta será o menor valor global das taxas de transação (RAV fixa), conforme descrito no quadro abaixo, vedada

RAV 0 e RAV negativa, conforme descrito no quadro abaixo:

Descrição	Quantidade anual estimada de bilhetes "QT"	Valor unitário ofertado RAV – FIXA "RF"	Valor total estimado VTE=QT*RF
Passagem aérea nacional	940	0,00	0,00
Passagem aérea internacional	10	0,00	0,00
Hospedagem	677	0,00	0,00
Valor total estimado da contratação (RAV)			0,00

**6.5.2.** Na fase de lances, a licitante deve ofertar valores unitários da RAV por item, podendo variar entre eles, vedada a apresentação de valores inferiores a R\$ 0,01.

**6.5.3.** O valor total estimado da contratação obtido na **Planilha de Composição de Custos (Anexo IV)**, é apenas para efeito de reserva de recursos.

## 7. LOCAIS DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

**7.1.** A DETENTORA deverá prestar o serviço através de sistema online, por meio de aplicativo próprio ou acesso pela web.

## 8. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**8.1.** A prestação dos serviços de agenciamento de viagens iniciará com a disponibilização imediata do sistema, pela DETENTORA, a partir da vigência da Ata de Registro de Preços.

**8.2.** A DETENTORA deverá cadastrar e disponibilizar os acessos e senhas ao seu sistema, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do início da prestação dos serviços.

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea "e", inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

**9.1.** Os serviços de agenciamento de passagens aéreas e reservas de hospedagem deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por sistema de gestão on-line e canais de atendimento da DETENTORA.

**9.2.** A DETENTORA deverá designar preposto para atendimento remoto ao TJ e



manter atualizados seus meios de contato para comunicação imediata.

- 9.3. As emissões de passagens aéreas serão providenciadas pela SPR 1 – Diretoria de Expediente do Gabinete Civil da Presidência, por meio do sistema *self-booking*.
- 9.4. Em regra, as solicitações deverão ser feitas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para a viagem, sem prejuízo das hipóteses excepcionais e emergenciais.
- 9.5. A DETENTORA deverá reservar e emitir, sempre que possível, a passagem de menor preço disponível, inclusive promocional, compatível com a programação da viagem e com as regras internas do Tribunal.
- 9.6. A DETENTORA deverá discriminar, nos documentos de viagem, todos os valores que compõem a operação, incluindo tarifa, taxa de embarque e serviços acessórios eventualmente autorizados.
- 9.7. QUADRO-RESUMO OPERACIONAL (Regras de execução e controle)

Tema	Regra/Parâmetro (resumo para execução)
Regime de atendimento	Disponibilidade 24h/dia, 7 dias/semana via sistema e canais da DETENTORA.
Canais de atendimento	Atendimento por telefone, e-mail e aplicativo de mensagens, inclusive dias não úteis.
Prazos de resposta	Demandas usuais: até 3h; excepcionais: até 1h; emergenciais: até 30min.
Cadastro de usuários	A DETENTORA deve disponibilizar acessos e senhas em até 5 dias do início da prestação.
Antecedência padrão	Regra geral: solicitações com mínimo de 15 dias de antecedência; exceções em casos excepcionais/emergenciais.
Menor preço	Sempre que possível, reservar/emitir a opção de menor preço disponível compatível com a missão e regras internas.
Cotações	Quando solicitado, apresentar no mínimo 3 alternativas de cotação para passagem e/ou hospedagem.
Transparência do preço	Discriminar tarifa/diária, taxas, serviços acessórios autorizados e RAV, separadamente.
Vedação de markup	Tarifa/hospedagem pelo valor de mercado no momento da reserva, sem markup.
Remuneração	Remuneração por RAV fixa unitária por transação (bilhete emitido / reserva confirmada). Vedada RAV 0 e RAV negativa.

Registro e auditoria	Sistema com trilha de auditoria, perfis de usuário e relatórios gerenciais.
Reservas offline	Reservas/emissões offline devem ser registradas no sistema em até 1 dia útil.
Relatório pós check-out	Em até 24h após o último check-out do período, relatório de hóspedes (check-in, datas entrada/saída).
No-show/cancelamento (hospedagem)	A hospedagem corresponderá à diária de 24 (vinte e quatro) horas. As condições de cancelamento, no-show, reembolso de hospedagens e as condições tarifárias observarão o previsto no Termo de Referência, com exigência de demonstrativo e discriminação de valores quando houver cobrança.
Reembolsos e créditos	Providenciar reembolsos/créditos de bilhetes/reservas não utilizados; compensação via nota de crédito/documento equivalente, quando cabível.

## 9.8. Das Reservas de Hospedagem:

- 9.8.1. A reserva de hospedagem será providenciada pelos(as) fiscais da Ata de Registro de Preços indicados pela Presidência, pela Corregedoria-Geral da Justiça e pela Escola Paulista da Magistratura – EPM, por meio do sistema *self-booking*.
- 9.8.2. Compreendem-se como serviços de hospedagem: acomodação individual (*single*), café da manhã e categoria 3 (três) estrelas ou superior, tarifa cancelável, observadas as exceções justificadas pela disponibilidade local.
- 9.8.3. A hospedagem corresponderá a diária de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.8.4. No caso de *no-show* ou cancelamento fora do prazo, o cancelamento sem ônus será admitido até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da hospedagem, sempre que a tarifa/condição contratada permitir. Após esse prazo, eventuais cobranças deverão observar as regras do estabelecimento e a condição tarifária contratada, limitando-se, como regra geral, a até 50% (cinquenta por cento) de 01 (uma) diária, quando aplicável, devendo a DETENTORA apresentar demonstrativo da regra aplicada e valores discriminados (diária/taxas/multa), com comprovação do estabelecimento quando disponível.
- 9.8.5. A DETENTORA deverá intermediar cotação, reserva, alteração, cancelamento e reembolso de hospedagens em território estadual,

nacional e internacional.

- 9.8.6.** A DETENTORA deverá assegurar que as tarifas ofertadas sejam compatíveis e competitivas com aquelas praticadas em plataformas públicas de mercado, podendo o Tribunal exigir comprovação documental ou adequação imediata dos valores, quando necessário.
- 9.8.7.** A DETENTORA deverá disponibilizar, em até 24 (vinte e quatro) horas após o último *check-out* do período, relatório com a relação de hóspedes que realizaram *check-in*, contendo nome e datas de entrada e saída.
- 9.8.8.** A DETENTORA deverá efetivar remarcações e/ou cancelamentos de reservas, mediante solicitação do TJSP, observadas a legislação aplicável (Código de Defesa do Consumidor – CDC), com registro e comprovante.
- 9.8.9.** Quando houver cobrança por cancelamento/*no-show*, a DETENTORA deverá apresentar, imediatamente após a solicitação do TJSP, demonstrativo com a regra aplicada e os valores discriminados (diária/taxas/multa), com comprovação do estabelecimento quando disponível.
- 9.8.10.** Os serviços extras, tais como lavanderia, refeições, frigobar e congêneres, não serão incluídos nos valores de estadia e correrão por conta direta do hóspede.

## **9.9. Preço das Passagens aéreas e das hospedagens**

- 9.9.1.** O preço das passagens aéreas e das hospedagens corresponderá ao valor praticado no mercado na data e hora de cada reserva, sem inclusão de expectativa de reajustes, encargos financeiros ou previsão inflacionária adicional.
- 9.9.2.** A DETENTORA deverá providenciar os reembolsos e créditos decorrentes de bilhetes ou reservas não utilizados, de acordo com as regras tarifárias dos fornecedores, emitindo a correspondente documentação ao Tribunal.

## **9.10. Sistema informatizado de gestão de viagens**

- 9.10.1.** O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO deverá dispor de acesso ao Sistema de Gestão de Viagens Corporativas utilizado pela DETENTORA, disponível em plataforma online com acesso 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana.

**9.10.2.** O sistema de gestão de viagens corporativas deverá integrar-se às principais companhias aéreas nacionais e internacionais e à rede hoteleira, permitindo solicitações *online* e *offline* para consulta e reserva de passagens (inclusive assento conforto) e hospedagens, no Brasil e no exterior. Deverá apresentar, em tempo real, informações atualizadas sobre disponibilidade e valores, incluindo tarifas promocionais, e detalhar dados de voos (tarifas, taxas, classes, horários, escalas e conexões) e de hospedagem (diárias e impostos), bem como disponibilizar a tarifa pública dos sites das companhias aéreas.

**9.10.3.** O sistema deverá permitir a gestão e o acompanhamento de todas as viagens por meio de senhas individuais, com geração de relatórios gerenciais, operando via internet com credenciais armazenadas de forma criptografada e mecanismos de segurança que garantam autenticidade, integridade, inviolabilidade e sigilo das informações.

**9.10.4.** As reservas realizadas *offline* deverão ser registradas pela DETENTORA no sistema em até 1 (um) dia útil a contar da solicitação de emissão do bilhete ou voucher. A consulta deverá ocorrer em tela única, com visualização simultânea dos voos das principais companhias (trechos, voos, horários, aeronaves, classes, tarifas e taxas) e das opções de hotelaria, exibindo separadamente os componentes de preço (diária, tarifa, taxa de embarque e taxa de emissão), sendo expressamente vedado o uso de *markup* em quaisquer valores apresentados.

**9.10.5.** A DETENTORA deverá oferecer treinamento remoto aos usuários cadastrados e manter operadores habilitados para atendimento a dúvidas e suporte operacional.

## **9.11. Solicitação de orçamentos**

**9.11.1.** Quando solicitado, a DETENTORA deverá apresentar, sempre que possível, no mínimo 3 (três) alternativas de cotação para passagem aérea e/ou hospedagem, observando o menor preço, a compatibilidade do roteiro e as condições da solicitação.

**9.11.2.** O critério decisório deverá ser o de menor preço, salvo justificativa expressa baseada em fatores objetivos do mercado ou da operação.

## **9.12. Obrigações do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

**9.12.1.** Solicitar os serviços por meio dos canais próprios, acompanhar e

fiscalizar a execução da Ata e das contratações dela decorrentes, rejeitar serviços em desacordo com este Termo de Referência, proceder ao pagamento na forma pactuada e comunicar à DETENTORA as ocorrências verificadas.

### 9.13. Obrigações da DETENTORA

- 9.13.1. Informar, no ato da emissão ou da reserva, a composição final do preço, discriminando, no mínimo, tarifa, taxa de embarque, serviços acessórios autorizados e valor da RAV aplicável.
- 9.13.2. Efetuar alterações, remarcações, cancelamentos, créditos e reembolsos com a diligência necessária e nos prazos contratuais, observadas as regras dos fornecedores finais.
- 9.13.3. Disponibilizar sistema informatizado compatível com a prova de conceito aprovada, bem como suporte contínuo, treinamento e preposto para atendimento das demandas do Tribunal.
- 9.13.4. A DETENTORA deverá reembolsar e quitar, tempestivamente, os fornecedores finais relativos aos serviços prestados, assumindo integralmente todas as despesas diretas e indiretas de seus empregados. Fica expressamente estabelecido que o TRIBUNAL não responderá, solidária ou subsidiariamente, por quaisquer obrigações ou inadimplementos da DETENTORA perante terceiros, tampouco haverá vínculo empregatício entre o TRIBUNAL e os empregados, prepostos ou subcontratados da DETENTORA.
- 9.13.5. Apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura da ata de registro de preços, comprovante de ser licenciado de Sistema de Gestão de Viagens Corporativas (tipo Reserve ou TMS – Travel Management System, ou similar), com as funcionalidades de *self-booking*, *self-ticket*, marcação de assentos, remarcação e reembolso.
- 9.13.6. Apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura da ata de registro de preços, declarações emitidas pelas companhias aéreas nacionais GOL, LATAM e AZUL, comprovando que a contratada, ou a empresa consolidadora, é possuidora de crédito perante as referidas empresas, está autorizada a emitir passagens aéreas dessas companhias durante a vigência da ata de registro de preços e encontra-se em situação regular perante as mesmas, visando comprovar a capacidade de emissão de passagens nas principais companhias aéreas.

- 9.13.7.** Serão aceitas declarações emitidas em nome de agências consolidadoras, desde que comprovado o vínculo para emissões de passagens entre a agência consolidada e a respectiva consolidadora.

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

### **10.1. Áreas administrativas e/ou técnicas**

- 10.1.1.** A execução contratual será acompanhada por gestor(a) e fiscais designados, responsáveis pelo registro das ocorrências, conferência da execução e ateste da documentação fiscal.
- 10.1.2.** Os fiscais de contrato realizarão a conferência dos serviços executados em suas respectivas unidades e encaminharão os relatórios ao fiscal administrativo competente para o ateste da nota fiscal/fatura.
- 10.1.3.** As decisões que ultrapassarem a competência dos fiscais deverão ser submetidas ao(à) gestor(a) do contrato.
- 10.1.4.** A gestão e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidas nos termos o Provimento CSM nº 2.724/2023 e observarão o cumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

### **10.2. Protocolo de Comunicação (Provimento nº 2.724/2023)**

- 10.2.1.** A DETENTORA deverá manter atendimento ao Tribunal 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos dias não úteis, por telefone, e-mail e aplicativo de mensagens.
- 10.2.2.** As solicitações deverão ser atendidas nos seguintes prazos: usuais, em até 3 (três) horas; excepcionais, em até 1 (uma) hora; emergenciais, em até 30 (trinta) minutos.
- 10.2.3.** Os contatos efetuados por telefone terão a finalidade de agilizar a resolução de problemas pontuais que requeiram atuação imediata, devendo sempre que possível ser formalizados posteriormente por *e-mail*.
- 10.2.4.** As reuniões entre a Equipe de Gestão e os(as) representantes da DETENTORA serão realizadas preferencialmente pelo aplicativo MS Teams, com gravação e posterior envio da memória de reunião por *e-mail*.



### 10.3. Recebimento Provisório

- 10.3.1.** O recebimento provisório dos serviços será realizado quinzenalmente, mediante a verificação das demandas efetivamente atendidas no período correspondente, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da data de disponibilização do respectivo relatório, emitido em sistema *on-line*, por meio de aplicativo próprio ou acesso via *web*.

### 10.4. Recebimento Definitivo

- 10.4.1.** O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá mediante o ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal do Contrato, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da data de emissão do documento fiscal.

### 10.5. Condições de pagamento

- 10.5.1.** O pagamento será realizado em 10 (dez) dias a partir do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, após o recebimento definitivo dos serviços.
- 10.5.2.** Para a efetivação do pagamento, a DETENTORA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos demonstrativos dos serviços prestados no período.

### 10.6. Forma de Faturamento

- 10.6.1.** A DETENTORA encaminhará quinzenalmente ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, os documentos fiscais e demonstrativos emitidos no período, discriminados por centro de custo, contendo, no mínimo, os dados de identificação do passageiro ou hóspede, trecho ou destino, número do bilhete ou *voucher*, valores da tarifa ou diária, taxas incidentes, valor da RAV e valor final faturado ao Tribunal, todas discriminadas separadamente.
- 10.6.2.** Os valores de passagens e hospedagens pagas e não utilizadas deverão ser compensados por meio de nota de crédito ou documento equivalente, observadas as regras dos fornecedores finais.
- 10.6.3.** A remuneração da DETENTORA será feita pela soma dos valores das RAVs fixas, incidentes sobre os serviços efetivamente prestados, sem incidência de percentual de desconto sobre tarifas.

### 10.7. Acordo de nível de serviço

- 10.7.1.** Não se aplica, em razão da natureza do serviço e dos prazos específicos



de atendimento já estabelecidos neste Termo de Referência.

#### 10.8. Condições de habilitação e qualificação

**10.8.1.** A DETENTORA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**10.8.2.** Semestralmente, a Equipe de Gestão solicitará à DETENTORA, a apresentação dos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação.

**10.8.2.1.** Caso haja necessidade, a Equipe de Gestão poderá solicitar o auxílio do Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC) para análise da documentação apresentada.

#### 10.9. Hipótese de glosa

**10.9.1.** Poderá haver glosa parcial ou total de valores quando constatada divergência entre o serviço prestado e o valor faturado, ausência de comprovação documental ou descumprimento das condições previstas neste Termo de Referência.

#### 10.10. Sanções Administrativas (Multa)

**10.10.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos normativos internos pertinentes, inclusive multa, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

Item	Descrição das ocorrências comuns / riscos principais	Valor da multa	Incidência
I	Não dispor de Sistema de Gestão de Viagens Corporativas ou TMS - Travel Management System, com perfil corporativo, ou não disponibilizá-lo às unidades requisitantes e gestoras do Tribunal de Justiça	0,05% sobre o valor do empenho	Por dia
II	Deixar de indicar preposto.	0,05% sobre o valor do empenho	Por dia
III	Deixar a DETENTORA de atender às solicitações das áreas gestoras do Tribunal de Justiça.	0,05% sobre o valor do empenho	Por ocorrência
IV	Deixar de substituir preposto que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	0,05% sobre o valor do empenho	Por dia
V	Não entregar ou entregar com atraso, sem justificativa, os esclarecimentos formais solicitados para sanar inconsistências ou dúvidas.	1% sobre o valor do faturamento do período de apuração	Por ocorrência e por dia
VI	Não entregar a cotação de preço de bilhetes aéreos ou de seguro, sem motivo justificado.	0,05% sobre o valor do faturamento do período de apuração	Por hora

VII	Emitir bilhete em prazo superior ao estabelecido na Cláusula nº 10.2.2 do TR	0,05% sobre o valor do faturamento do período de apuração	Por hora
VIII	Deixar de atender, injustificadamente, solicitação do Tribunal durante o período de plantão.	20% sobre o valor da reserva da requisição de passagem	Por ocorrência
IX	Cobrar valor de tarifa aérea superior ao efetivamente disponibilizado pela companhia aérea.	20% sobre o valor total do bilhete	Por ocorrência
X	Deixar de reembolsar o valor da passagem aérea não utilizada.	20% sobre o valor total do bilhete cancelado	Por bilhete
XI	Deixar de encaminhar as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas ou não destacar os bilhetes emitidos por ordem da CONTRATANTE.	1% sobre o valor do faturamento do período de apuração	Por ocorrência

**10.10.2.** Nos casos em que não for possível mensurar o valor individual da obrigação descumprida, incidirá multa de 0,5% até 4% sobre o valor estabelecido no inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, a ser arbitrado a depender da gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

**10.10.3.** Caso o cálculo das multas, efetuado na forma do edital ou do contrato, resulte em percentual inferior a 0,5% ou superior a 30% do valor total do Contrato, o valor final da multa observará esses percentuais, nos termos do art. 156, §3º, da Lei 14.133/2021.

**10.10.4.** A aplicação das multas acima indicadas não exclui a aplicação de outras sanções previstas no Edital de Licitação e na legislação aplicável.

**10.10.5.** A aplicação das sanções será apurada mediante a instauração de processo administrativo apuratório, no qual serão garantidos à empresa os direitos de defesa prévia e de recurso.

**10.10.6.** Identificada irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificação formal à DETENTORA para correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

#### **10.11. Extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021)**

**10.11.1.** O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**10.11.2.** As hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços estão previstas no Provimento nº 100/2024.

### **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**11.1.** O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na

modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

## **12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**12.1.** A estimativa do valor da contratação é de R\$ 1.538.718,52 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos).

## **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**13.1.** A adequação orçamentária está demonstrada no item 17.10 do Edital.

## **14. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (arts. 96 da Lei nº 14.133/2021)**

**14.1.** Tendo em vista que o art. 96 da Lei nº 14.133/2021 versa sobre garantia nas contratações, entende-se não ser aplicável a exigência de garantia de ata de registro de preços, uma vez que a Administração não está obrigada a contratar, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** Além disso, a exigência da garantia (caução) na ARP poderia refletir em aumento dos preços ofertados, em valores desproporcionais às efetivas contratações decorrentes da Ata, uma vez que não é possível estabelecer de antemão uma base de cálculo exata.

## **15. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

### **15.1. Qualificação Técnico-Profissional (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

Não se aplica, em razão da natureza do objeto e da forma de execução pretendida.

### **15.2. Qualificação Técnico-Operacional (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

**15.2.1.** A LICITANTE deverá apresentar comprovante de registro no CADASTUR do Ministério do Turismo;

**15.2.2.** Deverão ser apresentados atestado(s) passado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m)

experiência satisfatória na prestação de serviços de agenciamento com emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais e reservas de hospedagem em hotéis.

- 15.2.3.** A comprovação da experiência mínima exigida deverá ser demonstrada mediante comprovação de execução correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos, conforme quadro abaixo:

Item	Código	Descrição do item	Qtde. mínima
1	55.0954	Serviços de Agenciamento de Viagens Corporativas - Passagens aérea nacional	470
3	55.1041	Serviços de Agenciamento de hospedagem	339

- 15.2.4.** A exigência de qualificação técnico-operacional fundamenta-se na necessidade de assegurar que a empresa contratada possua experiência prévia compatível com o objeto a ser executado, qual seja, a prestação de serviços de agenciamento de viagens, incluindo emissão de passagens aéreas e reservas de hospedagem.

**15.3. Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

Não se aplica, em razão da natureza do objeto.

**16. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)**

- 16.1.** Não se aplica, em razão da natureza do objeto, do baixo nível de complexidade e da baixa alocação de risco específica exigida para esta contratação.

## ANEXO II – DA PROVA DE CONCEITO

1. O objetivo da prova de conceito será a comprovação do atendimento das funcionalidades descritas neste termo de referência.
2. Para realização da prova o ambiente de acesso disponibilizado e demonstrado pela empresa deverá conter todos os requisitos obrigatórios apresentados na tabela a seguir:

### SISTEMA WEB:

Nº	REQUISITOS	ATENDE S/N	JUSTIFICATIVAS
1	Permitir acesso com múltiplos logins do CONTRATANTE		
2	Ser em formato web e que dispense a instalação de software nos computadores do CONTRATANTE		
3	Permitir ao CONTRATANTE criar e gerenciar centros de custos diferentes;		
4	Permitir ao CONTRATANTE cadastrar e manter memorizados os dados exigidos num bilhete aéreo dos passageiros e diárias dos hóspedes anteriores para reaproveitamento das informações nas próximas compras ou contratações;		
5	Permitir aos usuários do CONTRATANTE efetuar a reserva da passagem aérea/diária de hotel, bem como a impressão e envio, ao e-mail, ao usuário do sistema;		

Nº	REQUISITOS	ATENDE S/N	JUSTIFICATIVAS
6	Permitir aos usuários do CONTRATANTE efetuar o cancelamento da reserva, bem como a impressão e envio, por e-mail, ao usuário do sistema;		
7	Permitir aos usuários do CONTRATANTE efetuar a emissão imediata da passagem aérea/voucher de diária, após a etapa de reserva, bem como a impressão e envio, por e-mail, ao usuário do sistema.		
8	Permitir pesquisar em tempo real junto às Cias Aéreas, que operam no trecho, os voos disponíveis de acordo com: a origem e destino/múltiplos destinos; data informada do voo de ida, somente ida ou retorno e/ou múltiplos destinos; quantidade de passageiros; classe de passageiro (econômica, executiva e primeira), bem como o nº do voo; dia e horário; +Cia aérea; Melhor rota ou percurso, bem como quantidade de escalas; Preço praticado naquele momento pela cia aérea com e sem bagagem; indicar as tarifas promocionais; VALOR SISTEMA = VALOR SITE COMPANHIA		
9	Permitir ordenar a pesquisa de passagens aéreas por: Preço, do menor ao maior preço; Horário, do mais cedo ao mais tarde; Cia. aérea; Duração do voo, do menor ao de maior duração; Quantidade de escalas, do menor ao de maior número de paradas;		
10	Permitir filtrar a pesquisa de passagens aéreas por: Faixa de preço; Faixa de horário; Nome da Cia aérea; Tempo de duração do voo; Quantidade de escalas (paradas);		

Nº	REQUISITOS	ATENDE S/N	JUSTIFICATIVAS
11	Permitir aos usuários do CONTRATANTE a inserção de numeração de controle interno do CONTRATANTE para cada requisição de reserva de passagem aérea;		
12	Permitir aos usuários do CONTRATANTE efetuar o cancelamento da reserva, bem como a impressão e envio, por e-mail, ao usuário do sistema;		
13	Permitir aos usuários do CONTRATANTE <b>efetuar a emissão imediata da passagem aérea</b> , após a etapa de reserva, bem como a impressão e envio, por e-mail, ao usuário do sistema.		
14	Permitir aos usuários da CONTRATADA encaminhar para o e-mail do passageiro o bilhete ou passagem aérea/Voucher da hospedagem;		
15	Permitir ao CONTRATANTE extrair relatório dos serviços utilizados em formato Excel (xls) por período trazendo as seguintes informações detalhados para cada reserva e/ou emissão de passagem ou bilhete aéreo/voucher de hospedagem: centro de custo; número do controle interno do CONTRATANTE para cada reserva; Nome do usuário solicitante; Data e Hora da reserva da passagem ou bilhete aéreo/voucher de hospedagem; Nome do passageiro/hóspede; Origem e/ou destino; Número do tíquete da passagem ou bilhete aéreo/voucher de hospedagem; Valor da passagem/diária; e Valor final faturado ao CONTRATANTE (Descrever o cálculo final do bilhete/voucher discriminando: valor		



Nº	REQUISITOS	ATENDE S/N	JUSTIFICATIVAS
	da tarifa + percentual do índice de contratação + taxa de embarque, se o caso= total para pagamento).		
16	O sistema deverá disponibilizar no mínimo 03 (cinco) opções de hotéis em comarcas de grande porte.		
17	O sistema deverá informar sobre horários, valores, tarifas promocionais, condições, disponibilidade de reserva e demais características e facilidades dos serviços de hospedagens em território nacional e internacional e outros serviços de agência de turismo quando demandado.		
18	Permitir a pesquisa de hospedagem por localidade, contendo: a) Nome do hotel; b) Localização completa; c) Regime de alimentação; d) Quantidade de diárias; e) Valor da diária; f) Valores das taxas e encargos, se houver; g) Tipo de quarto; h) Serviços inclusos k) Classificação do hotel.		

\*Por ocasião da Prova de Conceito, o CONTRATANTE fará uma simulação de solicitação dos serviços, a fim de verificar a funcionalidade de todos os requisitos acima descritos quanto ao sistema avaliado. A realização da operação de testes não haverá qualquer custo ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

LUIZA FERNANDA SILVA MORAES

Diretora da SPr 1

JOSÉ CLAUDINO DE LIMA

Coordenador da SPr 1.1

### ANEXO III – DOS CENTROS DE CUSTO

O objetivo do desmembramento dos relatórios de serviços prestados pela CONTRATADA por centros de custos, servirá de subsídio para conferência dos documentos pelos responsáveis por cada setor, que serão indicados pela CONTRATANTE, conforme as unidades a seguir:

#### SISTEMA WEB:

1) PASSAGENS AÉREAS	
Centros de Custo	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Tribunal de Justiça de São Paulo (Secretaria da Presidência - SP e Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça)</li><li>b) Escola Paulista da Magistratura</li></ul>

  

2) HOSPEDAGENS EM HOTÉIS	
Centros de Custo	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Tribunal de Justiça de São Paulo (Secretaria da Presidência - SP e Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça)</li><li>b) Escola Paulista da Magistratura</li></ul>

**ANEXO IV**  
**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**  
**DADOS CADASTRAIS**

FICHA CADASTRAL DA EMPRESA					
Pregão Nº				Processo nº	
DADOS CADASTRAIS					
CNPJ					
Razão Social					
Endereço					
Bairro		Cidade		UF	
CEP		Telefone			
e-mail					
REPRESENTANTE(S) DA EMPRESA					
CPF	Nome	e-mail	Telefone	Sócio Administrador? (sim/não)	Signatário do Contrato? (sim/não)
DECLARAÇÕES					
<p><b>Declaro sob as penas da lei e para fins desta licitação, que esta empresa:</b></p> <p>1) não incide em qualquer hipótese de vedação prevista em lei ou na Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;</p> <p>2) manifesta seu compromisso em atender em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (Lei do Aprendiz);</p> <p>3) até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;</p> <p>4) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.</p>					
Local	Data	Assinatura			
São Paulo					

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por EBONTANSA @TJSP.JUS.BR (01/07/26), MYOKOMISO@TJSP.JUS.BR (01/07/26). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/abrirConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2026/00068721 e o código 9OZ03ZW8.

## ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS					
Descrição	Quantidade anual de bilhetes (QT)	Valor unitário médio do bilhete (VB)	Remuneração do agente de viagem (RAV)	Valor total unitário (VU=VB+RAV)	Valor total estimado (VTE=QT*VU)
1. Passagem aérea nacional	940	1.282,00		1.282,00	1.205.080,00
2. Passagem aérea internacional	10	2.982,50		2.982,50	29.825,00
3. Hospedagem	677	386,00		386,00	261.322,00
Valor total do estimado da contratação					1.496.227,00
<p>a) Valor total estimado da contratação não indica qualquer compromisso futuro, apenas para efeito de reserva de recursos.</p> <p>b) No valor estimado das passagens aéreas está contemplado a taxa de embarque.</p> <p>c) Somente a remuneração do agente de viagem (RAV) poderá ser informada pela empresa licitante, os demais campos estão protegidos para edição.</p> <p>d) Fórmulas utilizadas na planilha:</p> <p><b>VU=VB+RAV</b></p> <p><b>VTE=QT*VU</b></p> <p>onde:</p> <p><b>QT</b>=Quantidade de bilhetes estimados no ano</p> <p><b>VB</b>=Valor do bilhete aéreo ou reserva estimado</p> <p><b>RAV</b>=Valor da remuneração do agente de viagem</p> <p><b>VU</b>=Valor unitário somado com a remuneração do agente de viagem</p> <p><b>VTE</b>=Valor total anual estimado de contratação</p>					

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Rua Direita, 250 - 23º andar - Sé  
São Paulo - Capital

#### REFERÊNCIAS:

**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Processo:** 2026/068721  
**Pregão Eletrônico nº:** 90062/2026  
**Tipo:** Menor Preço  
**Data da Abertura da Sessão Pública:** Dia 21/07/2026  
**Horário:** 11:00 horas

[razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente licitação, declaro que a empresa:

- 1) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000 (*Lei do Aprendiz*).
- 2) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (*inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021*).
- 3) estar enquadrada como:
  - ☐ Microempresa (ME);
  - ☐ Empresa de pequeno porte (EPP);
  - ☐ Sociedade cooperativa;
  - ☐ Outras.

- 4) inexistente em seu quadro societário ou cônjuges, de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membros ou juízes vinculados ao TJSP, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.
- 5) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, art. 117, da Constituição do Estado de São Paulo.
- 6) possui ou providenciará a abertura de conta corrente no Banco do Brasil, antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, para realização do pagamento, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 62.867/2017.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

**OBSERVAÇÃO:** esta declaração deverá ser enviada por meio eletrônico, nos termos do subitem 6.7.8.1 do Edital, quando solicitada pelo(a) pregoeiro(a) e apenas para a vencedora da licitação.

## ANEXO VI

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS rege a divulgação de informações entre a EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, \_\_\_\_\_, estabelecida(o) a \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada(o) por \_\_\_\_\_ ao final assinado, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Praça da Sé s/nº, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1. A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE DECLARA e compromete-se:
  - a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados nesta ata de registro de preços, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, qual seja (especificar) \_\_\_\_\_ e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao TJSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo TJSP à EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, o Tribunal obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE;
  - b) A armazenar os dados obtidos em razão dessa ata de registro de preços em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;



- c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exceto quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
- d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), exceto se devidamente autorizada;
- e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);

2. DECLARA AINDA CIÊNCIA de que:

- f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;
- g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do TJSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao Tribunal de Justiça ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
- i) Encerrada a vigência da ata de registro de preços ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o TJSP;

- j) A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE deverá comunicar ao TJSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;
- k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- l) O TJSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;
- m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, na presente ata de registro de preços. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, em decorrência da inobservância da LGPD na execução contratual;
- n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
(Assinado Digitalmente)

**EMPRESA DETENTORA DA ATA**  
(Assinado Digitalmente)

**EMPRESA ADERENTE**  
(Assinado Digitalmente)

## ANEXO VII - Relatório de Resultado da Pesquisa de Preços



TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

03/06/2026 - 17:01

Relatório de Resultado da Pesquisa

Página: 1 de 2

Nº do processo: 2026/00068721

Nº compra: 0101/2026

Critério de julgamento: Provimento CSM nº 2724/2023

Composição do preço: Não excluir valores

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS,  
COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE HOSPEDAGENS E  
PASSAGENS AÉREAS - REGISTRO DE PREÇO - CONTRATAÇÃO.

Condições de pagamento:

Garantia/validade mínima:

Validade da proposta:

Data da pesquisa: 03/06/2026

Órgão	Setor origem	Nº pedido/ano	Classificação econômica
TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	SPR 1.3 - Coordenadoria de Apoio Técnico aos Juizes Assessores da Presidência e ao Centro de Inteligência	0000001/2026	Despesa

Empresas que apresentaram preços	CPF/CNPJ	Contato	Telefone	E-mail	Validade prop.	Data envio prop.
P001 - OUTRAS FONTES - PROVIMENTO Nº 2724/2023						

Valores a licitar

Lote 1 - Agenciamento de Viagens (passagens aéreas nacionais, internacionais e hospedagens em hotéis)

Agrupador: Palácio da Justiça

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qt. licitar por parcela	Parcelas	Periodicidade	Compras. gov	SIAFISCO	P001	Referência	Valor por parcela	Total
0001	55.0954	Serviço de Agenciamento de Viagens Corporativas - Passagem aérea nacional - através de "Sistema de Gestão de Viagens Corporativas", via Web	UNID	940,00	1	Quinzenal		123188	1.304,76	1.304,76	1.226.474,40	1.226.474,40
0002	55.0955	Serviço de Agenciamento de Viagens Corporativas - Passagem aérea internacional - através de "Sistema de Gestão de Viagens Corporativas", via Web	UNID	10,00	1	Quinzenal		123196	3.002,99	3.002,99	30.029,90	30.029,90
0003	55.1041	Serviço de agenciamento de hospedagem em apartamento individual (SGL), com café da manhã, em hotel de categoria 3 estrelas ou superior	UNID	677	1	Quinzenal		4162	416,86	416,86	282.214,22	282.214,22
Valor total do agrupador por participante:									4.724,61	4.724,61	1.538.718,52	1.538.718,52



Valor total do lote	1.538.718,52
Valor total da licitação	1.538.718,52

Informações do contrato

Nº Pedido: 0000001/2026

Tipo de contratação: Licitação

Existe contrato vigente para o objeto: Sim

Motivo do pedido: Rescisão do contrato atual (excepcional)

Contrato	Nº processo	Objeto	Contratada	CNPJ	Vigência
000.001/2025/RP	2024/00127965	AGENCIAMENTO DE VIAGENS, HOSPEDAGENS E PSG AÉREAS	L.A. Viagens e Turismo Ltda.	04.613.668/0001-65	16/01/2025 a 15/01/2026

Objeto deste pedido está inserido na Proposta Orçamentária Setorial(POS) vigente? Sim

## Relatório de Pesquisa de Preços<sup>i</sup>

Instrução Normativa TJSP nº 006/2024

Processo Digital nº: 2026/068.721

### 1. Objeto (inc. I do art. 3º)

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e gestão de créditos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de hospedagens, por meio de ferramenta de reservas on-line, nas modalidades de atendimento via suporte da agência e/ou de autoagendamento (self-booking), para atender ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com remuneração por taxa fixa unitária de transação (RAV), por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP).

### 2. Caracterização das fontes consultadas (inc. III do art. 3º)

Fonte	Descrição	Fls.
Banco de Preços (inc. I e II do art. 4º)	Plataforma contratada pelo TJ/SP para facilitar a pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública.	87/92
Compras.sp.gov.br (inc. I e II do art. 4º)	Ferramenta do Governo Federal que disponibiliza dados e informações de compras públicas.	
PNCP (inc. I e II do art. 4º)	Portal Nacional de Contratações Públicas - site oficial em que estão publicadas as informações sobre as contratações públicas.	93/211
TJSP (inc. II do art. 4º)	Contratações similares do próprio Tribunal de Justiça/SP.	
Mídia especializada (inc. III do art. 4º)	Pesquisa publicada em mídia especializada/tabela de referência.	
Pesquisa direta com fornecedor (inc. IV do art. 4º)	Pesquisa realizada com empresas no mercado privado.	
Base Nacional de Notas Fiscais (inc. V do art. 4º)	Pesquisa na base nacional de notas fiscais disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas.	

### 3. Série de preços coletados (inc. IV do art. 3º) e indicação clara do valor estimado (inc. VIII do art. 3º)

Descrição	Quantidade anual de bilhetes (QT)	Valor unitário médio do bilhete (VB)	Remuneração do agente de viagem (RAV)	Valor total unitário (VU=VB+RAV)	Valor total estimado (VTE=QT*VU)
1. Passagem aérea nacional	940	1.282,00	22,76	1.304,76	1.226.474,40
2. Passagem aérea internacional	10	2.982,50	20,49	3.002,99	30.029,90
3. Hospedagem	677	386,00	30,86	416,86	282.214,22
Valor total do estimado da contratação					1.538.718,52

Os documentos que deram suporte aos preços estão instruídos às páginas 93/211 (PNCP).

Os valores unitários e totais de referência para a contratação são os constantes no quadro acima.

### 4. Justificativa para a utilização, isolada ou combinada, dos parâmetros de pesquisa (inc. V do art. 3º) e inc. I e II do art. 4º)

Não se aplica.

#### 5. Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado (inc. VI, art. 3º)

Para definição dos valores estimados para remuneração do agente de viagem (RAV), foram utilizados percentuais de prestações de serviços que contemplassem o agenciamento de passagens aéreas e de hospedagem, casos das contratações da Prefeitura do Município de Castanhal/PA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMAD/GO, Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região e Secretaria de Estado da Saúde/GO, optando neste caso, para apuração do valor percentual, a mediana (passagem aérea nacional) e média (passagem aérea internacional e hospedagem).

#### 6. Justificativa para metodologia aplicada (inc. VII do art. 3º)

A adoção da pesquisa realizada no PNCP como referencial de custos para remuneração do agente de viagem (RAV), se explica em razão de os valores ali apresentados serem menores do que aqueles que constam no Banco de Preços e refletem melhor o preço de mercado.

#### 7. Justificativa para escolha dos fornecedores (inc. IX do art. 3º) e (inc. I do art. 4º)

Não se aplica, pois não foram realizadas pesquisa com fornecedores do mercado privado.

#### 8. Servidores responsáveis (inc. II do art. 3º)

Anderson Luiz Gruppo, matrícula 368.041, Escrevente Técnico Judiciário.

#### 9. Conclusão da pesquisa de preços realizada.

A conclusão da pesquisa de preços foi conduzida com base IN Nº 006/2024, ocasião em que foram consultadas as plataformas Banco de Preços e PNCP, tendo como parâmetro na definição do custo referencial os valores encontrados no PNCP (páginas 93/211), cujo custo referencial foi obtido através da mediana (passagem aérea nacional) e da média (passagem aérea internacional e hospedagem) dos preços consultados para remuneração do agente de viagem (RAV), conforme Planilha de Formação de Preços de página 212, sendo cumpridos assim os requisitos legais, e apresentamos às páginas 214/215 - Quadro Pesquisa de Preços para prosseguimento da matéria.

Por fim, informo que os itens do Siafísico constam no quadro de preços de páginas 214/215 e o código do Catálogo Compras consta à página 213.

Assim encaminhamos para prosseguimento.

São Paulo, data registrada em sistema.

Anderson Luiz Gruppo  
Escrevente Técnico Judiciário  
SAAB 5.2.2.1

<sup>i</sup>Fonte: [TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo](#)



## ANEXO VIII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob n.º 51.174.001/0001-93, isento de Inscrição Estadual, com sede no Palácio da Justiça, situado à Praça da Sé, s/nº - Centro – CEP 01018-010 – São Paulo – SP, neste ato representado pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, o Excelentíssimo Desembargador ....., doravante designado **TJ/SP**, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu Estatuto Social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX – Processo nº 2026/68721**, nos termos da Lei Federal no 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023 e Provimento nº 100/2024 e Instruções Normativas nº 6/2024 e 17/2025 (atualizada pela Instrução Normativa 021/2026), ambos do TJ/SP, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020, 351/2020 e 400/2021, além das regulamentações estaduais, bem como de toda a legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis, mediante condições e cláusulas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1-** A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **Sistema de Registro de Preços** de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e gestão de créditos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de hospedagem, por meio de ferramenta de reservas on-line, nas modalidades de atendimento via suporte da agência e/ou de autoagendamento (self-booking), para atender ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com remuneração por taxa fixa unitária de transação (RAV), que constituem um Lote Único, em conformidade com os Anexos a seguir, que ficam fazendo parte integrante desta Ata:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo I-A - Prova de Conceito;
- Anexo I-B - Centro de Custos;
- Anexo II - Proposta Comercial;
- Anexo III - Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados;
- Anexo IV - Cadastro de Reserva.

#### **1.2 - Catálogo de Serviços (CatSer):**

- 1.2.1-** 3719 – Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens;
- 1.2.2-** 9946 – Reserva em Hotéis Nacionais e Internacionais.

**1.3 -** Fica vedada a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, assim como participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que os produtos/serviços serão prestados/fornecidos exclusivamente para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sendo o único contratante.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 2.1- O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por intermédio da **SPr1 – Diretoria de Expediente do Gabinete Civil da Presidência**, cabendo a esta unidade a prática de todos os atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços (ARP), bem como as solicitações para emissão de passagens e reservas de hotéis.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 3.1- Os preços, quantidades, a DETENTORA e as especificações dos produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados no Termo de Referência, que a integra com Anexo I, bem como no Anexo II – Proposta Comercial, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA		Valor Unitário	Valor Total (R\$)
DETENTORA			

**Observação:** As quantidades constantes desta Ata são estimativas, referindo-se a previsão de consumo para o período de 1 (um) ano de vigência.

- 3.2- O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

## CLÁUSULA QUARTA – DO CADASTRO DE RESERVA

- 4.1 - Consta como anexo a esta Ata, o cadastro de reserva referente aos licitantes que:
- 4.1.1 - Aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação; e
  - 4.1.2- Dos licitantes que mantiveram sua proposta original.

## CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO

- 5.1- O objeto contratual será recebido (provisoriamente e definitivamente) na forma do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 5.2- Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I.
- 5.3- O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no Anexo I.
- 5.4- Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 5.5- O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento, será efetuado com base no objeto do contrato e nos produtos/serviços efetivamente entregues/prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos do fornecimento.

- 5.6-** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a)** a qualidade do material e dos produtos empregados;
  - b)** a presteza no atendimento das solicitações da Administração; e
  - c)** o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.
- 5.7-** Caso os materiais não sejam entregues nas formas previstas nos Anexos desta Ata de Registro de Preços, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

### **6.1- DA DETENTORA**

- 6.1.1-** A DETENTORA deverá atender a todas as exigências constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.
- 6.1.2-** Os(As) fornecedores(as) do objeto incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados(as) a atender as Ordens de Serviço emitidas pela área demandante, nas condições estabelecidas neste ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

### **6.2- DO TRIBUNAL**

- 6.2.1-** Convocar a DETENTORA para a realização dos serviços pelos meios definidos nesta Ata;
- 6.2.2-** Prestar aos funcionários da DETENTORA todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.
- 6.2.3-** Proporcionar todas as facilidades para que a DETENTORA possa desempenhar seus serviços.
- 6.2.4-** Notificar a DETENTORA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 6.2.5-** Efetuar o pagamento à DETENTORA de acordo com os prazos e condições estabelecidos nesta Ata.
- 6.2.6-** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 7.1-** A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do TJ/SP, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da DETENTORA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 7.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os servidores indicados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da E. Presidência deste Tribunal.

- 7.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o TJ/SP registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à DETENTORA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 7.4-** O(a) Gestor(a) do Contrato, a cada seis meses contados da assinatura do contrato, solicitará a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação ou do aviso de contratação direta, a fim de verificar se a Contratada mantém as condições exigidas na contratação inicial.
- 7.5-** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

- 8.1-** O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.2-** Nos termos do Provimento CSM nº 100/2024, art. 28, §3º, as quantidades registradas serão renovadas para o período de vigência prorrogado.
- 8.3-** A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.
- 8.4-** No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

- 9.1-** O prazo para pagamento será em conformidade com o subitem 10.5 do Anexo I – Termo de Referência.
- 9.2-** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 9.3-** O credor que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a DETENTORA comprovar a regularização junto a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 9.4-** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverão mencionar o número da Nota de Empenho respectivo, que a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF

- remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelo(s) servidor(es) designado(s) pela E. Presidência deste Tribunal; e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 9.5-** O recebimento (atesto do documento fiscal) será sempre integral, não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento do bem, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (DETENTORA) e ao(à) Gestor(a) para providências cabíveis.
- 9.5.1-** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do subitem 9.2 desta Ata.
- 9.5.2-** A DETENTORA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo da Ata de Registro de Preços.
- 9.5.3-** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido no edital de Licitação, na nota de empenho, nesta Ata ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no subitem 9.1 será interrompido.
- 9.5.4-** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 9.6-** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.
- 9.6.1-** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da *chave de acesso* no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br) ⇨ NF-e ou nota fiscal eletrônica ⇨ Consulta de NF-e de mercadorias ou [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br) ⇨ Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 9.6.2-** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 9.7-** Conforme § 11, do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, a empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122 (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º).
- 9.8-** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 9.9-** No primeiro faturamento, junto com a Nota Fiscal/fatura, a contratada estabelecida fora do município do(a) tomador(a) do serviço deverá apresentar, quando a legislação municipal exigir, o cadastro de empresa de que está estabelecido fora do município.



**9.9.1-** No município de São Paulo o referido cadastro denomina-se CPOM – Cadastro de Empresas de Fora do Município.

**9.10-** As despesas decorrentes desta ata correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa \_\_\_\_\_ - Fonte\_\_\_\_\_.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**10.1-** O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **03/06/2026**, data do orçamento estimado (§ 7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021), com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

**10.2-** Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

**a)** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**b)** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**10.3-** É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

**10.3.1-** Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

**10.4-** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

## **11- Negociação dos preços registrados**

**11.1-** Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

- 11.1.1.1-** Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.2-** O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.
- 11.1.2.1-** Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observada a ordem de classificação, os requisitos de habilitação e eventual exigência de amostras, se houver.
- 11.1.2.1.1-** O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto na Cláusula Décima Sétima, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 11.2-** Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 11.2.1.
- 11.2.1-** O requerimento a que alude o item 11.2 deverá observar o disposto no item 10.1 e estar acompanhado de:
- a)** prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
  - b)** documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.
- 11.2.2-** Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 11.2 e 11.2.1:
- a)** o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
  - b)** o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da Cláusula Décima Sétima, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.3-** Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 11.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços



registrados, observada a ordem de classificação, os requisitos de habilitação e eventual exigência de amostras, se houver.

**11.2.3.1-** O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos da Cláusula Décima Sétima, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

**11.2.4-** Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 11.2 e 11.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

**12.1-** Fornecer, nas condições previstas no Edital e nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

**12.2-** O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**12.3-** Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o produto recusado.

**12.4-** Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

**12.5-** Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, sendo verificado pelo Tribunal de Justiça, antes da emissão das Ordens de Serviço, por meio eletrônico hábil de informações, as seguintes certidões:

- 12.5.1-** regularidade de débito do fornecedor perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.5.2-** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 12.5.3-** Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e a dívida ativa da União);
- 12.5.4-** A inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”;
- 12.5.5-** Não constar nos cadastros do portal e-sanções da BEC, no portal de transparência, bem como da lista de apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 12.5.6-** Se não for possível obter as certidões na forma estabelecida nesta Cláusula, o fornecedor será notificado para no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da data da

notificação, apresentar as mesmas certidões sob pena de a contratação não se concretizar.

**12.6-** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contrato não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de incluir o contrato.

**12.6.1-** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada a alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:

**12.6.1.1-** Sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**12.6.1.2-** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**12.6.1.3-** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

**12.7-** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o **subitem 12.6**, e as respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização do termo aditivo na hipótese de que trata o **subitem 12.6.1**.

## **12.8 -Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**

**12.8.1 -** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;

**12.8.2 -** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

**10.8.2.1-** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

**10.8.2.2-** Nome da empresa contratada;

**10.8.2.3-** Descrição sucinta dos acontecimentos.

**12.8.3 -** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br;

**12.8.4-** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: **atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557**;

- 12.8.5-** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual extinção do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO TJ/SP

- 13.1-** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.
- 13.2-** Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega do objeto licitado.
- 13.3-** Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.
- 13.4-** O **CONTRATANTE** terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1-** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 14.2-** Na penalidade de multa, **caso não esteja estipulada nos Anexos deste Ata de Registro de Preços**, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 14.2.1-** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
- 14.2.2-** 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 14.2.3-** 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de **inexecução parcial** da obrigação assumida;
- 14.2.4-** 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de **inexecução total** da obrigação assumida;

- 14.2.5-** 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;
- 14.2.6-** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra;
- 14.3-** A Contratada que der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 14.4-** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 14.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibida de licitar e contratar, através da declaração de inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.4.1-** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 14.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 14.4.
- 14.5-** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.6-** Independentemente da efetivação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, fica facultado ao CONTRATANTE a retenção de quaisquer importâncias devidas a CONTRATADA para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.

- 14.7-** O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 14.8-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1-** As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas desta Ata e do Edital, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como toda a legislação atinente à matéria.
- 15.2-** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o TJSP não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.3-** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e cancelamento a Ata de Registro de Preços celebrada, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:
- 15.3.1-** A DETENTORA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
  - 15.3.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
  - 15.3.3-** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
  - 15.3.4-** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal

de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

- 15.4-** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

- 16.1-** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a empresa detentora da ata deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados, Anexo III desta Ata de Registro de Preços, para todas as contratações que dela advirem.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 17.1-** O registro do fornecedor e dos preços registrados poderão ser cancelados na ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 24 e 25 do Provimento nº 100/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

- 18.1-** Para dirimir as questões oriundas desta Ata, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de São Paulo.
- 18.2-** Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

Nada mais, lido e achado em conformidade, vai assinada pelas partes, atendidas as formalidades legais.

NOME REPRESENTANTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(assinado digitalmente)





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

**DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS**

EMPRESA:

CNPJ:

Rua

Fone:

E-mail:

Representante: (nome), RG nº (xxxxxxx) e CPF nº (xxxxx)

(assinado digitalmente)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874



## ANEXO IV - MODELO DE CADASTRO RESERVA

- 1-** Constitui anexo desta Ata o CADASTRO RESERVA PARA REGISTRO DE PREÇOS, para serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso e gestão de créditos de passagens aéreas nacionais e internacionais e de hospedagem, por meio de ferramenta de reservas on-line, nas modalidades de atendimento via suporte da agência e/ou de autoagendamento (self-booking), para atender ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com remuneração por taxa fixa unitária de transação (RAV), que constituem um Lote Único, obedecendo à ordem de classificação, conforme descrito abaixo:

- 1.1-** Relação de empresas que se enquadram nos termos do subitem 4.1.1 da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços (preços iguais ao da detentora da ARP):

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta:

- 1.2-** Relação de empresas que se enquadram nos termos do subitem 4.1.2 da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços (manutenção da proposta original):

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta: